**UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ**

**CURSO DE PEDAGOGIA**

**SAMARA MÜLLER DE OLIVEIRA DIAS DE BARROS**

**A SUPERVISÃO PEDAGÓGICA E PROFESSORES REFLEXIVOS**

**RIO DE JANEIRO**

**2020**

A SUPERVISÃO PEDAGÓGICA E PROFESSORES REFLEXIVOS

[[1]](#footnote-1)Samara Müller de Oliveira Dias de Barros

[[2]](#footnote-2)Rosaria Maria de Castilhos Saraiva

RESUMO

Este trabalho tem como propósito apresentar a supervisão pedagógica e professores reflexivos. Possibilitando uma problemática, a partir de vivências e experiências diversificadas, dentro do contexto escolar público e privado, de onde se dá o ponto de partida para essa pesquisa. Tem-se como objetivo geral dessa pesquisa, compreender as práticas pedagógicas por parte da coordenação/supervisão pedagógica para formar docentes mais reflexivos e transformadores. Além, dos demais sobpostos, não menos relevantes, como a caracterização da coordenação/supervisão pedagógica: histórico, legislação e funções, o conceito de docentes reflexivos e transformadores, a contribuição do planejamento para o papel da supervisão pedagógica. Portanto, justifica-se esta pesquisa, como uma forma de estatizar as evoluções conceituais e legais, para assim, contribuir para transformação da realidade. Tendo sua metodologia baseada em artigos científicos e livros, de autores renomados. No decorrer desse estudo, adquirimos a compreensão de que a formação continuada é a chave do principal objetivo, ostentado nessa pesquisa. Dessa forma, entendemos que ela é indispensável para nossa vida profissional, nos garantindo que não basta, apenas, a nossa formação inicial. Pois, ser educador é estar em constante evolução, sendo o inovador a cada realidade vivida. Entretanto, apesar dos avanços no âmbito da educação, isto ainda é pouco colocado em prática na nossa atual realidade.

**Palavras chave:** Supervisão pedagógica. Professores reflexivos. Planejamento. Formação continuada. Educação.

**INTRODUÇÃO**

O tema escolhido neste trabalho de conclusão de curso é “A supervisão pedagógica e professores reflexivos”.

A escolha deste tema tem como ponto de partida variadas experiências em escolas privadas e públicas. Cada qual com suas particularidades na metodologia de ensino. Foi percebida a forma como são trabalhadas as práticas pedagógicas dessas escolas. Algumas delas, eram mareadas pela presença de professores, alunos e a comunidade escolar, na participação da construção de seu projeto político pedagógico.

Nesse processo, os professores eram sempre orientados e mediados em suas rotinas pela coordenação e supervisão pedagógica da escola. Em outras instituições de ensino, a realidade era outra. Muitos professores nem sabiam o que era projeto político pedagógico, pois era a equipe de gestão quem preparava, ou simplesmente, não elaboravam e nada tinham para apresentar.

Através de vivências tão diferentes foi possível constatar como o conhecimento e as práticas escolares foram determinados por modelos de gestão escolar. É dever da coordenação/supervisão escolar, trabalhar para formar professores criativos, conscientes e capazes de construírem um mundo melhor.

Para que se tenha uma formação de professores reflexivos, segundo autores como Nóvoa, Giroux, dentre outros, é preciso ter “prática e reflexão” como duas faces indissociáveis, complementares e fundamentais. Não basta sermos especialistas nos conteúdos das aulas, nem saber enfrentar e resolver problemas de indisciplina. O principal objetivo deve ser em relacionar à realidade do aluno aos conteúdos trabalhados em sala de aula, possibilitando ao discente exercer o seu papel de cidadania não somente fora, mas como dentro da escola, a fim de torná-lo em um ser autônomo.

O objetivo geral dessa pesquisa é compreender as práticas pedagógicas por parte da coordenação/supervisão pedagógica para formar docentes mais reflexivos e transformadores. Os objetivos específicos dessa pesquisa são caracterizar a coordenação/supervisão pedagógica: histórico, legislação, funções (Como surgiu historicamente, a coordenação/supervisão como uma função de controlador? Como foi superado? Qual a função do coordenador/supervisor na atualidade?); conceituar docentes reflexivos e transformadores, com base na literatura (Como a literatura, define docentes reflexivos e transformadores?); analisar a contribuição do planejamento para o papel da supervisão pedagógica (Como o planejamento contribui para o papel do supervisor pedagógico? Como a supervisão pedagógica coopera, ao planejar, para a formação continuada da equipe pedagógica?).

Este tema tem sido investigado por muitos autores renomados, que nos mostram os avanços legais e teóricos.

O supervisor parceiro político-pedagógico contribui para integrar e desintegrar, organizar e desorganizar o pensamento do professor num movimento de formação continuada, no qual os saberes e os conhecimentos se confrontam. As sínteses colhidas nos confrontos são referências que sustentam a ação do professor como regente de sala.

A sua função é desempenhar o papel gestor da formação continuada docente, tem a responsabilidade de elaborar e desenvolver atividades relevantes que mostrem a importância da formação continuada para o docente, pois o trabalho do professor não se esgota na sala de aula, ele continua nos debates, nas reflexões, no planejamento e na avaliação constante do seu trabalho.

Neste sentido, o desenvolvimento humano se dá através de nossas relações, em especial com pessoas que consideramos importantes. Essas pessoas agem como uma espécie de espelho para nós. Se em nossos locais de trabalho há pessoas que são importantes e temos considerações por elas, onde terão uma capacidade positiva ou negativa de influenciar a espécie de pessoas e, por sucessivo, a espécie de professores que nos tornamos.

Entretanto, apesar dessas recomendações/sugestões, o cotidiano ainda apresenta algumas dificuldades. Como por exemplo, uma reportagem do site Nova Escola, com o seguinte título “Formação continuada ainda é ficção no país”, onde as pesquisas apontam que, para avançar, é preciso investir em programas de capacitação dentro das unidades escolares, que abranjam para todas as equipes: professores, coordenadores/supervisores pedagógicos e gestão escolar.

Por isso, justifica-se este estudo, de modo a socializar os avanços teóricos/legais e contribuir para a formação de professores mais reflexivos e transformadores.

Este estudo está destinado aos professores, coordenadores/supervisores pedagógicos, mas sobretudo aos alunos da graduação de Pedagogia. Espero que a leitura dessa pesquisa chame a atenção para a conscientização da relevância do papel do coordenador/supervisor pedagógico.

Ele deve ser um mediador na atuação do trabalho com os docentes e discentes; um transformador do cotidiano da escola, buscando organizar um espaço educativo de forma efetiva, integrada e democrática. Consistindo no desenvolvimento e aperfeiçoamento das pessoas no processo de ensino e aprendizagem.

Afinal, esse profissional pedagogo deve promover uma formação continuada de qualidade aos professores, onde, sejam estimulados a uma autorreflexão de suas práticas pedagógicas e até mesmo, de suas práticas pessoais. Sempre valorizando o conhecimento abrangente que seus alunos possam trazer de uma bagagem do senso comum, sabendo lidar com os possíveis conflitos futuros e, levar em consideração suas opiniões e seus interesses.

Em vista dos argumentos apresentados, o pensamento essencial de um professor reflexivo e transformador deve estar ao redor de uma visão a formar cidadãos críticos e autônomos, conscientes de seus direitos e deveres.

Este trabalho foi realizado com base em uma revisão bibliográfica, que segundo Gil (2019), trata-se de um “levantamento bibliográfico atualizado, fundamentado em materiais já elaborados. Constituído, principalmente, de livros e artigos científicos”.

Foram definidos como autores principais que, embasaram o trabalho, Souza (2012), Nóvoa (1995), Corrêa (2019), entre outros. Proporcionando exame aprofundado sobre o tema e a compreensão do fenômeno estudado.

Inicialmente serão apresentadas as características de coordenação/supervisão pedagógica: histórico, legislação, funções. O histórico da coordenação/supervisão pedagógica nos relata através de observações e outras muitas pesquisas ao longo dos anos que, por vezes, o investimento feito pelo governo para implementar propostas, projetos, formações, não resulta em avanços por falta de uma mediação dentro da escola, uma tarefa que poderia ser assumida pelo coordenador.

A legislação constata que todos os estados brasileiros já dispõem de lei que prevê a figura da coordenação pedagógica nas escolas. A função de coordenação pedagógica é caracterizada por nos mostrar uma das tantas funções, onde a articulação da formação continuada na escola é responsabilidade do coordenador pedagógico.

Em seguida, serão conceituados docentes reflexivos e transformadores, que mostra que para o professor se tornar reflexivo e transformador é preciso tornar a reflexão como um ato contínuo, que se dá individual e coletivamente, buscando compreender os fenômenos educativos em razão da necessidade de aprendizado dos alunos e de sua formação humana e ter um entendimento a respeito dos diferentes aspectos sociais, psicológicos, afetivos, políticos e educacionais.

Por fim, será apresentado a contribuição do planejamento para o papel da supervisão pedagógica, onde nos remete que o ato de planejar, não descarta as situações momentâneas ou até mesmo, que elas serão resolvidas. Afinal, estaremos sempre em contínuas atualizações e modificações. O que nos faz refletir, em ter como prática, a flexibilização. Para que se tenha efeitos, as responsabilidades administrativas se tornam requeridas.

DESENVOLVIMENTO

A preocupação com a formação continuada dos professores no ensino básico é muito recente. Souza (2012) relata que em 1908, José Lourenço Rodrigues, inspetor geral do ensino, mencionou pela primeira vez a necessidade de que o Estado de São Paulo se dispusesse a seguir o modelo de aperfeiçoamento de professores adotado em outros países. Destaca assim, a importância de que os professores acompanhem a evolução e aperfeiçoamentos da arte de ensinar.

Durante a década de setenta, adequando-se ao modelo de desenvolvimento do governo militar, o papel principal do orientador era, caracteristicamente, a de um “controlador das aplicações dos métodos que aperfeiçoassem as condições de ensino-aprendizagem dos alunos”. Portanto, tinha a função de “ajustar” o aluno ao sistema de regras da escola. E também, seguindo um modelo norte-americano, atuava como um fiscalizador quanto ao trabalho exercido pelos professores, visando a melhoria do ensino-aprendizagem com eficiência e eficácia.

Na hierarquia do poder dentro da escola, o supervisor escolar estava em um patamar mais elevado que o dos professores que seriam orientados por ele na elaboração do planejamento, da aplicação dos currículos e estratégias de ensino com base técnica, cujas relações eram pautadas no controle das ações docentes.

Nos anos oitenta e noventa, as mudanças educacionais que são estabelecidas pelo poder público visam suprir déficits de ensino. O surgimento de uma nova ordem social, trouxe para a escola a necessidade de transformação do modelo escolar que já não atendia a nova ordem política e social.

O Brasil passava por fortes mudanças, dentro de um cenário complexo de transição de um sistema de governo autoritário proveniente da ditadura militar para um processo de liberdade política e cultural. Com a democratização, veio a Constituição de 1988 que trouxe reformas significativas para a educação no Brasil, tais como: a volta da autonomia universitária e a gestão democrática nas escolas de ensino público.

É mostrado que no final dos anos 80, observa-se que as nomenclaturas: coordenador, coordenador pedagógico, coordenador de aluno, coordenador de área ou disciplina, vem em conjunto com os demais termos utilizados, para designar a ação supervisora nas escolas. Ressaltando, que o cargo “coordenador pedagógico” surge na Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo pela primeira vez, em 1985, através do Regimento Comum das Escolas Municipais.

Em 1983, o governo de Leonel Brizola no Estado do Rio de Janeiro, foi criado e implementado os Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs, onde instituiu-se uma nova nomenclatura quanto aos coordenadores pedagógicos, como “professores orientadores” – POs, resultantes dos quadros de docentes das redes estaduais e municipais.

Na escola, o coordenador pedagógico tem uma função articuladora, formadora e transformadora. Portanto, é o elemento mediador entre currículo e professores. Assim, esse profissional será, em nosso modo de ver, aquele que poderá auxiliar o professor a fazer as devidas articulações curriculares, considerando suas áreas específicas de conhecimento, os alunos com quem trabalha, a realidade sociocultural em que a escola se situa e os demais aspectos das relações pedagógicas e interpessoais que se desenvolvem na sala de aula e na escola.

Outro aspecto importante, é a possibilidade de interdisciplinaridade, a fim de que o compromisso com a formação do aluno não seja fragmentado, conciliando e confrontando as propostas e ações curriculares. O coordenador pedagógico será, então, aquele que, conhecendo essas propostas, tendo participado de sua elaboração/adaptação às necessidades e objetivos daquela escola, possibilita que novos significados sejam atribuídos à prática educativa da escola e à prática pedagógica dos professores.

Porém, segundo Alarcão (2002) é possível ter outras funções desdobradas, ao longo dessa trajetória profissional, como auxiliar na mediação da produção do Projeto Político Pedagógico; contribuir no processo de avaliação e suas especificidades; estimular uma formação reflexiva e pesquisadora; participar criticamente das avaliações quanto aos professores e demais funcionários e promover conceitos para a avaliação dos processos educacionais, junto de seus resultados.

Seguindo nessa mesma direção, Oliveira (2000) nos remete que em sua essência, o supervisor pedagógico precisa, sempre, ser um formador que busca diversificadas modalidades em uma formação, apresentando um conjunto de variáveis contextos da atualidade. Proporcionando a sua equipe, as competências fundamentais para o desenvolvimento e a realização de um trabalho integralizado. São elas, a interação, informação, sugestão, avaliação, o questionamento e encorajamento.

O coordenador pedagógico deve ter seu papel voltado a proporcionar, estimular a perspectiva ao professor quanto ao seu trabalho. Visando uma formação de professores reflexivos e transformadores e participando de forma constante, não somente no âmbito administrativo de sua função. Mas sim, do dia a dia do professor, do aluno. Para assim, articular a formação continuada com a realidade vivida naquela determinada escola.

Ao falar de formação continuada, é preciso reforçar que devemos partir do ponto, de promove-la no próprio ambiente escolar. Procurando, por exemplo, a possibilidade de oferecer simpósios em diferentes áreas da educação, onde retrate assuntos contemporâneos, que trabalhe em conjunto, a personalidade e autoestima dos professores. Considerando esse espaço disponibilizado aos professores, com o intuito de que se reúnam com mais frequência e continuidade.

Entende-se que a formação inicial se dá a partir da graduação e é base importante para o exercício da docência. Mas, sendo insuficiente, requer do professor uma atitude de busca de uma formação continuada, ao longo de todo o exercício profissional. A formação continuada é o aperfeiçoamento contínuo, que tende a ampliar o seu campo de trabalho.

Tem a função de estabelecer um espaço de produção de novos conhecimentos, de troca de diferentes saberes, de repensar e refazer a prática do professor, da construção de competências do educador, sendo um espaço de produção coletiva para os alunos e futuros professores. Neste sentido, a formação não se constrói por acumulação de cursos, conhecimentos ou técnicas, mas sim, através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso, é tão importante investir na pessoa e dar uma condição de saber à experiência.

Embora, ela deva atender às necessidades do agente educador, ocorridas em seu cotidiano, Chimentão (2009) nos faz compreender que essa formação não é algo como um tipo de receituário, que quando seguido à risca, as situações em que nos encontramos e os problemas que nos deparamos, serão solucionados.

Esse processo apresenta seu real valor, a partir do momento em que confrontado a teoria e a prática. Conscientizando os docentes, de que ambos são os “dois lados da mesma moeda”, com a teoria trazendo uma compreensão, ainda melhor, de sua prática e dá-se o sentido de que a prática favorece um entendimento da teoria, onde encontramos e descobrimos a necessidade de se fundamentar nelas.

É de nosso entendimento que a formação continuada seja algo mais que importante para o corpo docente de uma escola, justapondo as práticas pedagógicas que realizam, conforme as políticas públicas de nosso país e as inovações encontradas nos dias atuais. Isso se torna um fato concreto, a partir do momento em que reconhecemos, ser fundamental, adquirir o ato da reflexão em nossa rotina, para que saibamos quais as competências, habilidades e atitudes a serem tomadas por nós, onde o maior e principal foco seja o aluno. Sendo ele próprio a atingir essas concepções.

Entretanto, o supervisor pedagógico precisa compreender a dimensão da sua função, quanto a esse âmbito, seja acompanhando e planejando a efetivação de todo o processo pedagógico, que ocorre dentro da instituição escolar. Nessa perspectiva, para que possa colaborar com os demais da equipe, em busca de um amplo desenvolvimento de significativas práticas escolares, é necessário que se ofereça espaços, sendo de curto ou médio prazo, de estudos e reflexões sobre as práticas pedagógicas dos docentes e os processos de ensino dos educandos.

Destacando que os momentos de formação continuada da equipe pedagógica, na instituição escolar, tanto quanto a sua constância, requerem estar presentes no Projeto Político Pedagógico da determinada escola, assim como, no plano de ação dos coordenadores pedagógicos. Sendo apresentados de forma contextualizada, em acordo com a realidade da mesma.

Posteriormente, detendo a concepção da caracterização da supervisão pedagógica, englobando a formação continuada, nos deparamos com um contemporâneo conceito, o de professores reflexivos e transformadores.

Muito se tem discutido, recentemente, acerca de um pensamento quanto aos professores reflexivos e transformadores. Apesar de ser um assunto bem significativo, ainda assim, não é explorado, de forma apropriada. Que seja adequado às circunstâncias apresentadas naquela determinada realidade. É uma questão que nos remete a integralização de ensinamentos, aprendizados em nossas práticas.

O ato de reflexão atribui grande relevância ao processo de construção do conhecimento, tanto pessoal, quanto profissional do professor, o que pode respaldar a sua práxis. Pois, ao apropriar-se do processo reflexivo e da fundamentação da sua práxis, o que se trona cada vez mais necessário, além de ser muito importante para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem do discente, também, do princípio de integralidade enquanto ser humano.

Em consequência do que foi retratado, entendemos que essa conduta deva ser constante para que se possa encontrar melhorias de qualidade nas atividades desenvolvidas durante a ação pedagógica. Segundo Schmitt (2011), a prática de reflexão atesta mais segurança para fundamentar seus caminhos diante dos demais componentes da comunidade educativa. Cabe ao professor em seu processo reflexivo, elaborar maneiras de promover e estimular trocas com toda a equipe, assim como, com os estudantes e até mesmo, entre a própria equipe e os próprios estudantes.

O professor, ao desempenhar seu papel reflexivo, não somente incentiva a possibilidade de transformação em si e seu fazer, mas, também, do seu cenário, progredindo os processos de ação-reflexão-ação no ambiente educacional de que faz parte.

Portanto, para que essa evolução aconteça, a utilização de determinadas ferramentas é essencial, como a do registro. Visto que é um subsídio de ressignificação e reorganização da ação, compondo uma definição para criação de conhecimentos, tanto para o professor quanto para os alunos. Não ficando perdida as ideias que desenvolvidas em relação ao trabalho, durante a sua rotina.

É imprescindível que o professor esteja disposto a rever sua prática, dando um novo sentido para ela, para assim, direcionar os alunos a alcançar o “novo”, pois não se pode existir o novo, quando a educação tem como pauta a reprodução.

Para que o processo de construção de conhecimento seja realizado, com excelência, são necessários o contato e o intermédio para presidir o diálogo entre professor e aluno. É dever do docente, não somente provocar, mas como instigar o “ser pensante” em seus discentes, dentro e fora da escola.

Ao falar em reflexão, é indispensável que seja retratado, não somente a formação do professor, mas como trabalhar a dimensão humana e o desenvolvimento da pessoa. Nóvoa (1995) nos afirma que é preciso que se fale da produção quanto a vida do professor, da construção da identidade profissional. O que nos remete aos saberes e competências necessários à profissão. Para que, assim, se torne constante a reflexão crítica sobre as práticas.

Porém, em maior parte, as práticas que trazemos no artigo em questão, está relacionada à problemas, considerados meramente instrumentais. Onde podem ser assentados por uma determinada aplicação de normas. A atual realidade, em que nos encontramos, nos apresenta situações de ensino, que são muito mais do que instrumentais, pois são incertas, únicas, singulares e complexas e não há apenas uma teoria científica, que possa ser aplicada.

Libâneo (2004) nos diz que se trata de um desenvolvimento autônomo e emancipatório do docente, em uma prática reflexiva. O professor deve atuar de uma forma em que determina as suas próprias normas de conduta, sem imposições, mas claro, tendo o consentimento e esclarecimento de supervisores e orientadores pedagógicos, pois ele precisa ter o entendimento, conhecimento daquela determinada realidade em que desempenha.

A escola deve proporcionar ao docente, uma autoconfiança para que aperfeiçoado o ato constante de ser independente, de se tornar livre para formular suas próprias escolhas, decisões e concepções. E assim, decidirá conscientemente o seu caminho a ser tomado, construindo a sua própria prática reflexiva.

O pensamento de Giroux (1997) nos mostra o papel dos professores como pensadores transformadores, tendo a importante visão de uma sociedade emancipadora, potencializando o entendimento da escolarização. Possibilitando a capacidade de compreender a importância do pensamento, adquirindo a consciência dos deveres e direitos do cidadão.

É essencial que se tenha como princípios nessa função, a flexibilidade e a sensibilidade do olhar para que entenda e respeite a posição do aluno. A principal perspectiva do docente quanto ao seu trabalho deve ser a preparação do aluno para o desenvolvimento de todas as suas potencialidades (competências e habilidades), seu desenvolvimento pleno.

Com uma formação crítica, onde, propicie uma não alienação dos fatos vivenciados no presente momento e um pensamento crítico do que vem acontecendo em nossa atualidade, o que é transformado em experiência e vivência. E também, uma formação cidadã, trabalhando os direitos e deveres, nos concebidos por direito.

Dentro de nossas concepções formadas pelo ato da reflexão, tendo como ponto de partida a vida do discente, é necessário que se contribua aos aspectos primordiais a serem trabalhados no ambiente escolar. Como aprender a ser, ensinando o aluno a ter uma posição positiva de si mesmo, não propiciando apenas o âmbito cognitivo, mas também, o emocional. Respaldado pela identidade, individualidade, autoaceitação.

O aprender a conviver, trazendo assuntos tão importantes para a formação, como respeito, tolerância, diferenças e entre tantos outros. Tendo respectivamente, o aprender a viver, com a valorização do ser humano, o uso da vida (usufruída com mais qualidade). E por final, não menos importante, o aprender a aprender, a busca constante pelo novo, onde não se tenha o hábito de permanecer naquela mesma posição, no decorrer de sua vida.

No século XX1, o presente momento em que vivemos, ao falar em Educação, não podemos deixar de abordar também, sobre uma concepção inovadora quanto ao paradigma de formação dos professores. Mas, para isso, precisamos entender que o processo de inovação vem seguido de incerteza, insegurança, mudança e desconforto. Afinal, é preciso que se permita sair de sua comodidade.

Pois, ao inovar, a mudança é uma fiel aliada nesse processo, ainda que cada um desses tenha significados tão distintos. Não deixando de levar em consideração, aqueles resultados de uma determinada experiência ou até mesmo, uma vivência, que foi presenciada no passado. Essas vivências e experiências fazem parte do processo, ajuda-nos a construir quem somos e o que queremos, com base em nossos fundamentos.

Mas, isso não quer dizer que toda mudança presenciada ou vivenciada nos certifica de uma situação de inovação. Visto que para que realmente aconteça uma inovação, requer de uma atitude de comprometimento com a prática, havendo uma perspectiva de melhoria. Para assim, ser interpretada e compartilhada com os demais, que compõem aquele ambiente em que está inserido, tornando em algo significativo.

Para que sejam apontadas como uma inovação, devem entrar em conflito com aquilo que já está estabelecido, buscando novos resultados, outras formas de assegurar aquele determinado conceito, formulado por um aprofundamento com diálogos, debates, pesquisas. Sempre respaldado no próprio princípio do conhecimento.

Em vista dos argumentos apresentados, podemos concluir que por muito tempo, a socialização desempenhada pelos professores, junto das instituições escolares foi desvalorizada, pois o “pensamento técnico” era prevalecido nas discussões, tanto no âmbito da Educação quanto da formação de professores. Um dos grandes motivos para que a Educação precisasse se reinventar durante todo esse período.

O educador é um motivador de sociabilização, não deve somente transmitir os conhecimentos, mas sim, compartilhar seus conhecimentos adquiridos, durante sua formação e gerar a inquietação dos alunos, para que haja discussões relevantes para a própria formação deles, onde até mesmo, o professor continua a descobrir novos fundamentos, com a existente troca de conhecimentos, entre professor e aluno.

No entanto, cabe a ele, o professor, estimular os valores morais e modos de vida, que sustentem os alunos a alcançarem condições de formar e revigorizar a sua própria identidade, que, acima de tudo, é social. Para isso, é preciso reconhecer e respeitar o docente como um ser humano transpassado por vivências, experiências, referências culturais e histórias de vida.

É direito de cada um deles, seja aluno ou professor, de construírem sua história pessoal e conservar sua memória, seus desejos e caminhos. Além, das particularidades traçadas quanto a sua personalidade, que direcionam suas ações, opiniões e seus conhecimentos. É uma concepção implicada ao progresso do sentimento, da experiência, intuição e imaginação.

A discussão sobre a inovação requer de nós, a atenção e o comprometimento com o momento atual em que estamos inseridos, marcado pela transformação do pensamento, que intencionalmente, influencia o processo de construção do conhecimento. Devido aos avanços globais da comunicação e informação, que estamos sujeitos e devemos tornar a compreensão como nossa maior aliada para essa realidade.

A Educação e a formação de professores, no âmbito da inovação, absorvem ações que são determinadas pela prática política e intencional, concebidas com o intuito de elaborar mudanças para a melhoria do contexto escolar, visando o acolhimento das demandas daquela comunidade escolar, desempenhadas por um novo cenário.

Logo, é primordial que o entendimento voltado a esse processo, é constante e sistemático, planejado e não linear, sempre valorizando a própria cultura, junto dos princípios de cada instituição de ensino, que estabelece a sua posição perante as ocasionadas mudanças. Seu conceito será definido a partir de tudo aquilo que é produzido e apresentado.

A formação atual, seja ela qual for, deve ser baseada não apenas por algo estabelecido, acabado e inquestionável, pois o ser humano é muito mais capacitado, para além disso, quando estimulado. São capazes de argumentar, questionar, ponderar, construir e avaliar suas distintivas experiências.

À vista disso, vem sendo despertado no âmbito educacional, um meio que ampare o supervisor pedagógico, quanto a formação continuada, onde o próprio estará integrado, embora sua visão esteja voltada aos docentes. Com essa postura, é impreterível a argumentação quanto a contribuição do planejamento para o papel da supervisão pedagógica.

É de entendimento dos profissionais de educação, que a rotina escolar abrange diversas situações, muita das vezes, até mesmo complexas. Com isso, acabam contribuindo em limitações das ações da supervisão pedagógica. O que, mais do que nunca, fortalece a figura desse profissional quanto aos seus múltiplos deveres dentro de uma escola, enquanto, o foco deveria ser no acompanhamento pedagógico.

Atualmente, devido a essas situações, o papel do supervisor pedagógico é desvalorizado. Sua função é vista, por demais membros da equipe pedagógica, como algo irrelevante. Em algumas escolas, a direção pedagógica, estimula ainda mais essa visão, por darem mais importância ao âmbito administrativo, do que pedagógico.

A comunidade escolar, por sua vez, não reconhece a verdadeira função desse profissional, que é o supervisor pedagógico. Por fim, em determinados momentos, o ato pedagógico é visto como algo assistemático e descontínuo. Então, é possível compreender que, a falta de um efetivo planejamento, acaba mantendo essas situações, que não competem ao supervisor pedagógico.

Quando as ações são previamente organizadas e planejadas, seu trabalho é minimizado, tornando-se institucionalizado. Segundo Corrêa (2019), é preciso entender que ao se permitir o ato de planejar, não significa que as momentâneas situações, não ocorrerão mais ou até mesmo, serão resolvidas. Pois, estamos em constantes modificações e atualizações, o que nos remete, ter como prática, a flexibilização. E para que tenhamos resultados, as determinações administrativas acabam se tornando indispensáveis.

Ao discutir sobre o ato de planejar, o intuito é demonstrar que a função do supervisor pedagógico é, sim, primordial e plausível para o desenrolar do ambiente escolar. Além, de assegurar o real papel de sua profissão, constatando seu êxito e finalmente, transformando sistemática e contínua, a sua prática.

Para planejar, é necessário levar em consideração a realidade da escola. O supervisor pedagógico fortalece sua equipe pedagógica, a partir do momento, em que ele traz o planejamento como uma ferramenta imprescindível para o seu trabalho. Afinal, através dele, introduzirá um caminho a seguir.

Desta forma, terá objetivos e metas a serem alcançados em sua jornada, planejando os passos a serem dados, para que saiba onde está, onde que chegar e que passos serão essenciais para chegar ao ideal que se almeja. Sejam eles, de curto, médio e longo prazo. Além disso, um planejamento bem organizado, acaba por otimizar o tempo de cumprimento dos deveres, das tarefas, conforme a sua função.

É possível compreender, que o planejamento é um processo de estruturação e organização da prática do supervisor pedagógico. Simplificando, planejar é realizar uma observação do presente momento, estipular o que deseja ser mudado e coordenar uma ação futura para que se tenha maior rendimento, eficiência dos resultados.

Cada etapa de processo do trabalho escolar, deve ser planejada com muita atenção, pois, contribuem, diretamente e decisivamente, para a realização do intuito contido no Projeto Político Pedagógico, daquela determinada escola. Afinal, o Projeto Político Pedagógico é o “chão” da escola, podemos considerá-lo como um “ponta pé” inicial para o desenvolvimento de nosso trabalho, mas claro, quando produzido com qualidade, em conjunto de toda a sua equipe pedagógica.

Sendo assim, é possível compreender que o planejamento é um ato político-pedagógico, partindo de variados setores da vida social, como urbano, econômico, habitacional, familiar, entre outros. Onde, ao trazer suas intencionalidades, nos apresenta o que pretende realizar e o que deseja atingir. É um processo de organização, sistematização, previsão, decisão e outros aspectos, que buscam proporcionar a efetividade de uma ação.

Leal (2005) nos afirma que o planejamento contribui para o nosso direcionamento, quanto ao trabalho que se realiza dentro das escolas. Para que, o seu real sentido não se perca quando nos deparamos com momentos inusitados, o que é algo bem comum, no âmbito da educação. E quando falamos sobre supervisão pedagógica, é imprescindível que nos remetemos ao planejamento.

Afinal, é esse profissional que coordena uma equipe, junto da gestão, apresentando quais as intenções daquela escola, permitindo que os demais participem dessa construção de saberes e decisões a serem tomadas. O trabalho em equipe é primordial, pois, podemos visualizar certos fatos, que jamais foram percebidos, quando se trabalha de forma individualizada.

Portanto, a partir do momento em que o supervisor pedagógico tem como instrumento fundamental de seu trabalho, o planejamento, é perceptível no decorrer desse ato, uma inquietação, provocação voltada para a formação continuada da equipe pedagógica. Visto que, o trabalho em equipe necessita ser algo constante e de suma importância para que se proporcione o desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem, de qualidade.

Onde, seu maior propósito seja em formar verdadeiros cidadãos, referindo-se aos seus alunos e continuar assegurando o aprimoramento, seja profissional e pessoal, de toda sua equipe pedagógica.

Nos dias atuais, a formação continuada tem sido entendida como um processo infindável e ininterrupto de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade da educação. Deve ser realizada após a formação inicial e tem como intuito, assegurar um ensino de qualidade cada vez mais abrangente aos alunos.

Silva (2013) nos diz que o supervisor pedagógico conhecendo, verdadeiramente, a rotina da escola e seus profissionais, que compõem a equipe pedagógica, consegue visualizar uma melhor propícia quanto as práticas de formação continuada. Do mesmo modo, em que entenda esse fator como algo mais que significativo para que os profissionais docentes se aprimorem, promovendo mudanças em suas práticas pedagógicas.

É preciso que essas ações direcionadas a uma educação continuada, desenvolvidas na escola, sejam analisadas pela supervisão pedagógica. Pois, assim, poderão refletir e realizar críticas construtivas, de acordo com as próprias situações vivenciadas, dentro da escola. Repensando na prática pedagógica, tornando os docentes como seres ativos nesse processo de formação e compreendendo que a escola deve ser o primeiro espaço de uma formação continuada.

Com isso, entendemos que esse momento deve ser um ambiente de construção coletiva, troca de vivências e experiências relevantes, levantadura de possibilidades para a melhoria do ensino, vínculo com o Projeto Político Pedagógico da escola. Fernandes (2010) nos apresenta que o supervisor pedagógico acaba tendo esse papel importante, por ser um articulador nesse processo, visando desempenhar a função social da escola.

E se torna essencial, que se abandone as maneiras de realizar essas práticas de formação contínua, que ainda entendem o professor como um reprodutor de conhecimentos, conteúdos, já adquiridos em uma determinada fase da sua vida. Mas, direcionar a formação para um caminho que favoreça a teoria e a prática, levando em consideração, a realidade vivida. Introduzindo ao conhecimento do professor, que a formação continuada, é constante, onde contempla uma postura reflexiva, pesquisadora, sensível e flexível, durante toda sua vida profissional.

Esse tipo de formação, quando desenvolvido no próprio espaço de trabalho, junto dos demais profissionais, pode acabar desencadeando a progredir um perfil profissional mais crítico, que permite a participação de toda instituição escolar, resultando a superação do “trabalhar individualmente”.

Os profissionais da escola abrem a mente para um novo pensamento, nos mostrando a necessidade de compreendermos que o ato de aprender é permanente, sendo colaborativo e participativo. Explorando, experimentando, ponderando e transformando esse comprometimento com todos que estão envolvidos nesse processo de formação. Porque, a reflexão desmitifica o “ser individual” para o “ser coletivo”, podendo somar mais experiências, vivências e informações.

Tendo essa perspectiva, nos é concebido que a formação continuada pode promover seres mais autônomos, próprios de sua autonomia pedagógica, intervindo no que é seu por direito. Ao invés, de propiciar algo já produzido e apenas reproduzi-lo, sem nenhum fundamento. São por caminhos assim, que a escola encontra uma maneira de construir e formular sua identidade.

Então, quando a supervisão pedagógica tem o ato de planejar, se torna capaz a formação continuada da equipe pedagógica. Mas, ela tendo em vista, a valorização desses profissionais, acompanhados de suas vivências, experiências e seus saberes. Além, da cultura apresentada pela escola.

É partindo do seu senso comum, para buscar a inovação, através da reflexão e indagação, sendo contrapostas com a teoria. As práticas vivenciadas devem ser o ponto de partida dessa formação e não, exagerando em uma compulsiva busca pelo mais “adequado”, pois cada escola apresenta uma diferente característica, um diferente contexto. Tudo que for desenvolvimento nesse processo, como por exemplo, as concepções, precisa ser de acordo com o que é proposto no protejo educacional escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se ao longo da pesquisa que muitas alterações foram desempenhadas ao decorrer dos anos, desde quando a supervisão pedagógica passou a ter um certo foco, remetendo ao seu histórico, sua legislação e função, até os dias atuais. O que foi um grande avanço na educação, pois, é possível compreender a importância desse profissional no âmbito escolar.

Em seguida, ao discutir sobre o conceito de professores reflexivos e transformadores, nos deparamos com grandes evoluções também. Tendo a compreensão de como o docente tem um papel fundamental na vida do discente. Quando se é explorado a sua personalidade e autoestima, para assim, chegar ao encontro de suas práticas pedagógicas, decorrentes daquela realidade em que se vive diariamente.

Logo após, empenha-se ter o entendimento de como o planejamento contribui para o papel da supervisão pedagógica. Visto que o ato de planejar se torna a diferença em seu trabalho, sua maestria nas habilidades e competências exercidas. Não acrescentando somente no seu lado pessoal, mas como, principalmente, no seu profissional. E então, parte para uma outra questão tão ponderosa para a educação, que é a formação continuada.

A formação continuada é o retorno para o predominante objetivo, que ampara toda essa pesquisa. A propósito, aprendemos que esse tipo de formação é algo primordial em nossas vidas profissionais, seja qual for a área em que se trabalha. Mas, voltado para nosso contexto escolar, vem a ser ainda mais valoroso, afinal, nossa responsabilidade é com a integralidade da formação de nossos alunos.

Porém, para que seja discutido os valores que queremos transportar para os nossos discentes, é preciso ter como ponto de partida, a formação inicial e continuada de nossos professores. Porque são eles que estão continuamente com esses alunos, que possuem um conhecimento mais amplo da realidade em cada um deles se encontra e vivencia a mesma, por estar sempre os acompanhando.

É imprescindível que se tenha a sensibilidade e a flexibilidade, juntamente do desenvolver de seu trabalho, de seu olhar. Assim como, a reflexão, para que se possa indagar a estudos, que exploram as concepções de suas teorias e práticas, trazendo o confronto entre ambas. Seja no planejamento, no Projeto Político Pedagógico ou na formação continuada.

O supervisor pedagógico precisa entender que a formação continuada, não é uma proposta apenas para professores, mas como, para ele próprio. Que é um articulador e mediador dessas práticas. Além, de ser executável a participação da gestão que empreende a escola, nessa formação. Podendo ter uma percepção conclusiva de que sem um trabalho em equipe, nada poderá ser realizado dentro da escola, com tanta eficiência e eficácia.

Apesar de ser um assunto muito polemizado nos últimos tempos, é essencial que se reveja os fatos mencionados. Mesmo com muitas mudanças, devido as inovações que a educação nos traz a cada ano que se passa, percebemos que nem tudo em vigor é exercido de forma devida, como deveria ser.

Todos os conceitos referentes a esse estudo, em questão, ainda são muito irreais em nossa realidade, tanto no público quanto no privado. Se traz uma bagagem bem mais teórica do que prática, é como se até então, não tivesse saído do que foi escrito em artigos, livros, documentos, entre outros. É difícil de dominarmos se esse problema, é por falta de direcionamento nas escolas, quanto aos seus profissionais ou se os mesmos, não querem ser retirados de sua comodidade. Até mesmo, pela falta de valorização do seu papel na sociedade.

Portanto, acreditamos que se as autoridades competentes a esse ramo educacional, tivessem um pouco mais de tempo e empatia para lidar com temáticas tão importantes, como essa, viveríamos em situações totalmente contrárias. Sendo concedidos aos seus profissionais, o autêntico valor, assegurando os direitos e deveres do educador.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. **Escola reflexiva e desenvolvimento institucional – Que novas funções supervisivas?**. Porto: Porto Editora, 2002.

ALMEIDA, L.; PLACCO, V.; SOUZA, V. O coordenador pedagógico: aportes à proposição de políticas públicas. **Cadernos de Pesquisa, São Paulo**, v. 42, n. 147, dez. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742012000300006>. Acesso em: 21/09/2020.

CORRÊA, C. **Supervisão e orientação pedagógica**. Rio de Janeiro: SESES, 2019.

CHIMENTÃO, L. O significado da formação continuada docente. *In:* CONGRESSO NORTE PARANAENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR. Londrina: CONPEF, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/conpef/conpef4/trabalhos/comunicacaooralartigo/artigocomoral2.pdf>. Acesso em: 06/10/2020.

FERNANDES, R. **Educação continuada de professores no espaço-tempo da coordenação pedagógica: avanços e tensões**. Campinas: Papirus, 2010.

GIL, A.C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

LEAL, R. Planejamento de ensino: peculiaridades significativas. **Revista Iberoamericana de Educação**, v. 37, n. 3, dez. 2005. Disponível em: <https://rieoei.org/historico/deloslectores/1106Barros.pdf>. Acesso em: 06/10/2020.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. 2. ed. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1995.

OLIVEIRA, M. **O papel do gestor pedagógico intermédio na supervisão escolar**. Porto: Porto Editora, 2000.

SCHMITT, M. A. A prática reflexiva como elemento transformador do cotidiano educativo: reflexões preliminares. *In:* CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10, 2011. **Trabalhos Apresentados**. Curitiba: EDUCERE, 2011. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/6071_3239.pdf>. Acesso em: 05/10/2020.

SILVA, A.P. **Coordenação pedagógica: o impacto da formação continuada na prática docente**. 2013. 37 f. Monografia (Especialização em Coordenação Pedagógica) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

1. Samara Müller de Oliveira Dias de Barros - concluinte do Curso de Pedagogia - UNESA [↑](#footnote-ref-1)
2. Rosaria Maria de Castilhos Saraiva – Mestre em Psicologia – Orientadora de TCC - UNESA [↑](#footnote-ref-2)